

Os pedidos: compensações e adaptações.



O governo precisa promover adaptações permanentes para tentar compatibilizar o congelamento de preços com o estímulo aos investimentos, segundo empresários de vários segmentos da economia que participaram ontem do debate "A Hora de Investir", promovido pela revista Exame, com a presença de três ministros de Estado: João Sayad, do Planejamento; Dílson Funaro, da Fazenda; e Almir Pazzianotto, do Trabalho.

Enquanto Funaro garantia que 90% do empresariado já conseguiu chegar a um acordo sobre o nível do abatimento nas vendas a prazo, o empresário Laerte Setúbal retrucava que essa avaliação deve ser feita em função da importância dos setores. Exemplificou as dificuldades de ajustes dos setores farmacêutico e automobilístico.

O presidente da Rhodia, Edson Vaz Musa, manifestou a esperança de que em curto prazo o governo compense o setor farmacêutico com medidas fiscais, porque às vésperas da reforma econômica tinha sido acertado um aumento de preços de 28%. "O setor de fato não está bem, é um dos mais sensíveis neste momento", disse.

Na mesma linha reivindicou André Beer (foto), presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea): "O problema é que estamos tendo prejuízos no mercado interno, porque a reforma econômica nos pegou desarrumados para a fato". Beer, ultimamente um dos mais assíduos freqüentadores dos gabinetes ministeriais em Brasília, acenou com a possibilidade de redução dos planos de investimento no setor automobilístico, previsto em US\$ 2 bilhões até 1990.

Laerte Setúbal acha que os investimentos estão de fato sendo inibidos pelo congelamento. Mas com essa opinião poucos concordam. Márcio Fortes, do setor de construção civil, garante que existem hoje muitos projetos iniciados. E Marcos Viana, do setor de construção naval, hoje diretor da Verolme, afirma: "O aumento das vendas compensou largamente o congelamento dos preços". Também Eduardo Andrade, da Andradr Gutierrez, tranquilizou o governo, ao manifestar a convicção de que o setor de construção pesada está ajustado à reforma econômica, embora sem ter ainda conseguido ver regulamentados os contratos de longo prazo, principalmente com as empresas estatais.

Abram Szajman, presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, é outro a garantir que os investimentos já fo-

ram efetivamente retomados. Exemplificou com uma conversa que teve ontem cedo com um empresário do setor têxtil, que enfrenta dificuldades para adquirir máquinas para aumentar a produção. Szajman acha que agora o governo não deve alterar os juros e deixar o consumo aumentar, porque não está havendo aquecimento mas retomada aos níveis de 1980. O setor do comércio, afirma ele, não está mais precisando de ajustes.

Também Rodolfo Bertola, da Brasmotor, assegurou ao ministro Funaro que os empresários de eletrodomésticos chegarão a um acordo sobre as vendas a prazo. Ele, porém, insistiu na necessidade de ajustamentos permanentes no plano de estabilização da economia "para garantir o seu sucesso".

O setor agrícola, porém, está irritado com o governo. Olacyr Moraes, o maior produtor mundial de soja, denunciou que o governo alterou as regras do jogo ao anunciar que só vai pagar a safra 120 dias depois da entrega do produto. Olacyr afirma que o setor agrícola não precisa de ajuda, mas de ajustes, e que o governo, embora dificultando a vida dos produtores, terá uma surpresa ano que vem: a safra deverá bater recorde, algo em torno de 60 milhões de toneladas de grãos. Alerta, ainda, que o acidente de Chernobyl será prejudicial ao Brasil, hoje importador de alimentos — principalmente em relação ao milho —, embora possa melhorar a cotação da pouca soja exportável.

Mas Fábio Meirelles, presidente da Faesp (Federação da Agricultura de São Paulo) não está tão otimista. Primeiro, ele acha que o governo não tem Cz\$ 70 bilhões para financiar custeio e investimentos. Depois, o total de financiamento necessário chega aos Cz\$ 120 bilhões. Na agricultura, segundo ele, não está havendo investimento nenhum, apenas reposição. Além disso, o produtor não está conseguindo vender seu produto senão para o governo. Ninguém está querendo formar estoque por causa do congelamento dos preços.

No setor petroquímico, as dificuldades estão relacionadas com a Petrobrás, empresa estatal. Adary Oliveira, presidente da Nitro Carbono, reclamou que as centrais de matérias-primas, Copene, Copesul e Petroquímica União, ainda não conseguiram um abatimento nas compras a prazo da Petrobrás.

De modo geral, os empresários acham que os investimentos estão ainda em fase de estudos. Espera-se uma clareza maior sobre o futuro do Plano Cruzado.